

Ficha de inscrição

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome: Clara da Mota Santos Pimenta Alves, Marta Melo Lisboa e Fátima Lorena Pinto Magno

Cargo/curso universitário: juiz federal/Direito

Órgão: Justiça Federal da Bahia

Cidade/UF: Ilhéus/BA

Síntese da prática: Projeto de qualificação da prova nas demandas que envolvem segurados especiais, mediante realização de visitas e perícias sócio-econômicas e levantamento estatístico de fraudes, prevenindo o ajuizamento de novos litígios e melhorando a prestação jurisdicional.

Título: “Projeto Rural Legal”

Categoria: Boas práticas dos magistrados na Justiça Federal

Descrição até 4000 caracteres:

O projeto "Rural Legal" busca a qualificação das provas produzidas em processos previdenciários que envolvem segurados especiais (rurícolas e pescadores), aproximando a justiça dos usuários do seu serviço. Em vez de apenas colher depoimentos em audiência, sem que se consiga apreender a efetiva realidade dos trabalhadores rurais, o que culmina não raro em julgamentos baseados em aparência física e achismos variados, o projeto "Rural Legal" passou a selecionar processos em que a constatação da realidade do segurado passou a ser realizada por assistente social, em perícia com quesitos propostos pelo Juízo.

A visita de assistente social nas localidades permitiu que se constatasse a existência ou não de agricultura familiar, eventual situação de miserabilidade e até fraudes previdenciárias, considerando que um relevante contingente de postulantes aos benefícios não reside nos endereços informados à Justiça.

A amostragem aleatória e contínua de processos periciados tem permitido, ademais, a identificação de possíveis celeiros de fraudes, consolidação de estatísticas e a aproximação com a realidade de povoados e localidades, conhecendo-se mais de perto quem são os segurados especiais. De outra parte, o projeto “Rural Legal” tem atuado na prevenção de novos litígios, visitando colônias de pesca e sindicatos rurais, a fim de conscientizar as entidades quanto à emissão de documentos autênticos e correta orientação aos segurados.

A prática tem como resultados a qualificação da prova nos processos, o mapeamento

estatístico de fraudes previdenciárias, a prevenção da utilização abusiva da jurisdição, redução de litígios, o aumento da confiabilidade das decisões, com potencial multiplicador e, por fim, a aproximação da Justiça Federal com a comunidade.

A prática tem sido exitosa por prevenir o ajuizamento abusivo de demandas fraudulentas. Hoje o Brasil vive uma realidade de intenso debate sobre o sistema previdenciário e, em 2015, 30% dos benefícios de aposentadoria por idade aos segurados especiais foi feito pelo Poder Judiciário. Com o Projeto Rural Legal, a Subseção Judiciária de Ilhéus conseguiu inovar neste campo, pois as visitas às residências dos segurados têm revelado que muitas pessoas abandonaram a zona rural, possuem pequenos comércios ou outras fontes de renda. De outra parte, os segurados que efetivamente vivem em regime de economia familiar têm a sua produção fotografada e a Justiça pode inclusive conhecer, numa dimensão mais detalhada, as suas condições sócio-econômicas, não raro de miserabilidade.

A prática, associada a outras medidas de boa gestão, reduziu o acervo da Vara Única Federal de Ilhéus em aproximadamente 20% dos feitos. Ela hoje envolve a seleção de processos que se enquadram no perfil de realização de visitas/perícias sociais. Ao longo do tempo, evoluímos para concentrar estes processos em localidades mais próximas, já que a jurisdição da Vara envolve 30 municípios. Por fim, a partir do ano de 2017, prática começou a evoluir para o encontro mensal com associações, sindicatos e colônias de pesca, oportunidade em que tem sido debatida a realidade local dos segurados e o tipo de documentação que deve ser apresentada em Juízo. A prática, associada a outras medidas de boa gestão, reduziu o acervo da Vara Única Federal de Ilhéus em aproximadamente 20% dos feitos.

A infraestrutura corresponde aos 3 servidores do Juizado Adjunto de Ilhéus, uma magistrada, 03 assistentes sociais e a própria estrutura da unidade judiciária. Não foram utilizados recursos financeiros até o momento. A parceria foi estabelecida com a COJEF - Coordenação dos Juizados Especiais Federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.